

“PRÁTICAS INOVADORAS” NO CAMPO ACADÊMICO DA TEOLOGIA: TRANSFORMAÇÃO DE ESTRUTURAS OU ESTRATÉGIAS PARA O *DEVIR* SUJEITO FEMININO DE SABER?

Neiva Furlin*

Resumo: Este artigo busca compreender os significados que são produzidos pelas práticas que as mulheres docentes inauguram no campo do saber teológico, analisando até que ponto essas práticas interferem ou provocam mudanças em uma estrutura acadêmica hierárquica e masculina. É um estudo de abordagem qualitativa, baseado em pesquisa documental e em narrativas de quatorze docentes que atuam no ensino superior em três instituições católicas, localizadas na região sul e sudeste do Brasil. Para a análise dos dados utiliza-se dos pressupostos teóricos do feminismo e dos estudos de gênero, de perspectiva pós-estruturalista. Os resultados da pesquisa apontam que as práticas das docentes não provocam mudanças nas estruturas das instituições teológicas, mas mobilizam um agenciamento de si e para o conjunto das mulheres, marcando politicamente o *devenir* da “Mulher”, como sujeito de saber teológico.

Palavras-chave: Práticas inovadoras. Docência feminina. Sujeitos de saber. Teologia católica.

"INNOVATIVE PRACTICES" IN THE ACADEMIC FIELD OF THEOLOGY: TRANSFORMATION OF STRUCTURES OR STRATEGIES FOR BECOMING A FEMININE SUBJECT OF KNOWLEDGE?

Abstract: This article aims to understand the meanings that are produced by the practices that women teachers inaugurate in the field of theological knowledge, analyzing how much these practices interfere with or change a male hierarchical academic structure. It is a qualitative study based on documental research and narratives of fourteen higher education teachers in three Catholic institutions located in southern and southeastern Brazil. Data analysis used theoretical presuppositions of feminism and gender studies from a poststructuralist perspective. The results of the research indicate that the teacher practices do not change the structures of the theological institutions, but mobilize an agency of oneself and all women, politically marking the *becoming* of the “Woman” as a subject of theological knowledge.

Keywords: Innovative practices. Feminine teaching. Subjects of knowledge. Catholic theology.

Submissão: 23-04-2019 Aceite: 03-08-2019

INTRODUÇÃO

Falar da presença e da ação das mulheres em um lugar acadêmico majoritariamente masculino, que se constituiu sem a presença das mulheres, cuja ausência foi tradicionalmente legitimada por discursos que as materializavam como seres de segunda categoria e incapacitadas para razão teológica, nos leva a iniciar este artigo com um fragmento do pensamento da filósofa feminista argentina, Maria Luisa Femenías (2000, p.90).

A ausência das mulheres em alguns espaços foi vinculada, tradicionalmente, com a incapacidade, a inferioridade, a imaturidade, o defeito, a carência ou a impotência e, portanto, esse lugar ficou marcado como aquele em que as mulheres não devem estar e esse tem sido o

1 *Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná, com estágio de doutorado pela Universidade Nacional Autónoma de México, Pós-doutorado pela Universidade Estadual de Maringá e Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Oeste de Santa Catarina.

mandato histórico, visto como justo. Então, de forma paradoxal, não será acaso a maior transgressão ocupar o lugar proibido, o lugar do sujeito, o ponto de inflexão que faz da resistência o espaço do qual emergirá o reconhecimento de um sujeito (mulher) político, ético, filosófico, legal, de direito e de necessidade? (Tradução da autora).

Esse pensamento de Femenías nos remete concretamente ao universo das instituições católicas de saber teológico, uma vez que as mulheres foram ausentadas desse lugar com base em práticas discursivas pautadas em uma ordem simbólica masculina, que produziu a mulher como o outro, o inferior. Paradoxalmente, a inserção e a ação da docência feminina em um lugar historicamente proibido, segundo Femenías podem, sim, ser pensadas como um ato de transgressão e de resistência. Este espaço limitador e de hegemonia masculina se torna, agora, o lugar da emergência de sujeitos “subalternos”, ou seja, de mulheres que buscam se produzir eticamente e politicamente também pela estratégia de positivar o feminino, partindo de sua ação incorporada em situações e contextos concretos. Assim, as docentes parecem buscar o direito de igualdade acadêmica e de uma distribuição justa de poder, marcando esse lugar também por uma afirmação da alteridade, não simplesmente por serem diferentes na forma anatômica, mas de uma alteridade que se produz por meio de ações concretas e situadas, que funcionam como dispositivos de *contramemória* ao modelo dos discursos masculinos, ou seja, de um sujeito feminino que não é inferior e nem incapaz de ações racionais.

Nesse sentido, vale ressaltar que o campo acadêmico da teologia se construiu como um lugar exclusivamente do sujeito masculino, não só pela sua representatividade, mas também pela sua estrutura simbólica. No Brasil, as mulheres adentraram nestas instituições como estudantes e posteriormente como docentes, com maior expressão, a partir da década de 1970, cujo fenômeno esteve vinculado às transformações socioculturais, impulsionadas pelas mobilizações feministas, que permitiram às mulheres conquistar maior acesso ao ensino superior em diferentes áreas acadêmicas, inclusive as que eram consideradas masculinas, como as ciências exatas, as engenharias, entre outras. Assim, na década de 1980, as universidades e faculdades contavam com um número significativo de mulheres, que já não eram somente estudantes, mas docentes dedicadas às atividades de ensino e produção acadêmica.

A estrutura acadêmica do ensino teológico católico, ao longo da história, produziu limites para a ação das mulheres, mas também possibilidades que, indubitavelmente, foram construídas pela força do *desejo* das mulheres. O desejo, em

Butler (2009), é considerado o motor da ação e, em Braidotti (2004), uma força que impulsiona mudanças, no sentido da capacidade de ação. Para essa autora, o desejo das mulheres por *devenir* é o que sustenta o projeto político de uma subjetividade alternativa, assentada na positividade da diferença sexual, como aparece de maneira marcada nas ações que as docentes realizam ou inauguram no universo do saber teológico. Diante desse contexto de ausência e de luta por redistribuição de poder e pelo direito de ser reconhecidas como sujeito “mulher”, pergunta-se: que sentidos são produzidos pelas “práticas inovadoras” que as docentes inauguram no universo da teologia católica? Mudam as estruturas acadêmicas, ou antes, ressignificam o sistema simbólico de gênero da ordem social masculina, no sentido de uma afirmação positiva do sujeito feminino?

Nessa perspectiva, o objetivo deste artigo consiste em compreender e identificar os significados produzidos pelas práticas ou iniciativas que as mulheres inauguram no campo do saber teológico e constatar até que ponto essas práticas interferem ou provocam mudanças em uma estrutura acadêmica hierárquica e masculina.

Este estudo se realizou em uma abordagem qualitativa, baseado em planos de ensino e em narrativas de quatorze docentes que atuavam no ensino superior em três instituições católicas, localizadas na região sul e sudeste do Brasil. Trata-se de um estudo mais amplo no qual se buscou identificar o processo do tornar-se sujeito feminino de saber, por meio da análise de narrativas de docentes sobre suas trajetórias acadêmicas, no que se refere à escolha pelo curso de teologia, ao processo da formação, às dinâmicas de inserção na docência, às relações de gênero entre os pares, aos lugares de ação e de liderança ocupado por elas e às iniciativas que inauguraram no campo de saber teológico.

Neste artigo, tomamos exclusivamente as narrativas das docentes sobre as práticas que elas afirmam inaugurar nas instituições de ensino de teologia católica. As narrativas foram compreendidas segundo a perspectiva genealógica, inspirada em Foucault (1999) e Lauretis (2000), ou seja, não no sentido cronológico, mas a partir da singularidade dos acontecimentos, nos aspectos que envolvem as experiências situadas, que nos permite pensar as condições nas quais os processos de subjetivação feminina ocorrem no universo das instituições de ensino de teologia. Os conteúdos das narrativas são analisados com base nos pressupostos teóricos do feminismo e dos estudos de gênero, de perspectiva pós-estruturalista.

PRÁTICAS INOVADORAS DAS DOCENTES EM UMA ESTRUTURA ACADÊMICA MASCULINA

O termo *práticas inovadoras* é da Filósofa francesa Júlia Kristeva. Judith Butler se inspira nessa ideia para construir o termo de subversão, no intuito de explicar as possibilidades culturais que estão excluídas em um determinado contexto social. Para Femenías (2000, p. 182), “as *práticas inovadoras* podem, eventualmente, normalizar-se como novas formas discursivas ou modificações que renovam as práticas sociais e culturais”. Assim, é dentro da perspectiva de Femenías que passamos a compreender as iniciativas que as docentes, em suas narrativas, dizem inaugurar no universo acadêmico da teologia.

Uma das principais *práticas inovadoras* que as mulheres docentes afirmam inaugurar no espaço acadêmico da teologia católica é o que elas nomeiam de Teologia Feminista. Trata-se de uma teologia que toma como base as experiências concretas vividas pelas mulheres, os pressupostos teóricos dos estudos feministas e de gênero e o uso do método da *hermenêutica crítica feminista*, sugerido pela teóloga feminista Elisabeth Schüssler Fiorenza (1995). A perspectiva feminista da hermenêutica coloca acento na *suspeita* e na *imaginação*, cujas posturas ganharam força para a crítica que se pretendia, ou seja, para a desconstrução dos significados reproduzidos pelo discurso patriarcal, em relação às mulheres. Indubitavelmente, essa teologia trouxe para o universo do saber teológico uma contribuição metodológica e uma intervenção política e religiosa no campo dos significados. Isso porque suas narrativas teológicas produziram novos significados de gênero, tendo como parâmetro de discernimento e de suspeita, as experiências das mulheres, vividas na realidade cotidiana, em um contexto situado. É nesse engajamento social e na experiência encarnada em uma cultura dinâmica que, segundo Lauretis (1994), torna-se possível, para as mulheres, refazer suas experiências e produzir saberes com o poder de ressignificar a própria subjetividade de gênero, na qual elas mesmas podem se autodefinir. Isto é, trata-se de uma narrativa em que a autorrepresentação de si e da própria experiência vivida e narrada se torna a base da crítica feminista ao sistema simbólico de um discurso abstrato que, embora parcial, se pensa universal.

Além da produção acadêmica que envolve pesquisas, disciplinas ministradas, e orientação de alunos, as docentes falaram de outras iniciativas que resultaram de seus

atos de liberdade e de reflexividade que foram possíveis, porque sendo profissionais da teologia no interior das instituições católicas tinham legitimidade e condições para inaugurar novas práticas acadêmicas ou para ressignificar atividades já existentes em seu campo de ação.

Essas iniciativas, segundo as docentes, estão desde as que se constituem em modalidades diferentes de formação como, por exemplo: Curso de Teologia à distância oferecido pela Universidade², grupos de leitura popular da Bíblia, curso de extensão para leigos; iniciativas litúrgicas centradas mais no simbólico. Outras se referiam à produção de eventos universitários que depois se tornaram práticas assumidas pelas instituições.

O Primeiro Simpósio Internacional da Teologia foi uma iniciativa da (*nome*) e não surgiu por iniciativa do Departamento de Teologia. Foi um desejo de comunicação e de instauração de algo novo. O assunto em si não era a Teologia Feminista. O assunto era uma relação entre Ciência e Teologia, mas você vê que é uma iniciativa interdisciplinar, que nasceu mesmo do interesse de uma mulher e continua até hoje. Tanto que houve já um Segundo Simpósio Internacional e, certamente haverá um terceiro. (*Noemi*, 46 anos).

Certamente, essa é uma iniciativa significativa que dá visibilidade e reconhecimento acadêmico para instituição. No entanto, essa e as outras vinculadas às novas modalidades de formação são iniciativas que qualquer professor do sexo masculino poderia fazer. Portanto, não são *práticas inovadoras*, porque não intervêm na organização acadêmica, no sentido de produzir efeitos na estrutura das relações de gênero, como pontua Femenías (2000). Embora não se configurem como práticas inovadoras, elas permitem produzir um efeito positivo no processo de afirmação do sujeito feminino, como um sujeito também capaz de pensar e de produzir ações significativas dentro do espaço acadêmico teológico. E isso se torna significativo para esse campo do saber, já que os discursos doutrinários, historicamente, reificaram a imagem da mulher como o “outro” desqualificado para atividades intelectuais³.

As iniciativas consideradas mais importantes e mais ressaltadas nas narrativas das docentes são as que se vinculam à Teologia Feminista e às relações de gênero, tanto no nível de reflexão como no das práticas. As docentes consideram que essas ações são as que mais podem contribuir na produção de uma nova mentalidade, de novas práticas e de novas relações, mesmo que isso nem sempre seja possível, considerando as

2 Curso que desde a sua criação estava sob a responsabilidade de uma professora e, no período da pesquisa, já contava com mais de mil alunos.

3 Detalhes sobre isso, consultar Furlin (2016).

resistências que vêm das estruturas e dos sujeitos masculinos, os quais muitas vezes têm desqualificado essas ações porque elas tem potencial para desconstruir as convenções culturais e simbólicas que legitimam as hierarquias de gênero.

No conjunto das ações que as docentes inauguram no campo da teologia, elas citam a abertura de espaços estratégicos, tais como: a conquista da presença de ao menos uma mulher nas conferências e mesas de eventos e congressos; o espaço conquistado para a organização de mesas e grupos temáticos de trabalho acerca da Teologia Feminista ou de gênero, em quase todos os grandes eventos de teologia; o uso de uma linguagem mais inclusiva, também por parte de seus pares, como relata Débora (60 anos): “uma das coisas novas que as mulheres introduziram na teologia foi o uso da linguagem inclusiva, que foi muito bom. Hoje todo mundo se polícia para não falar só: ‘o homem, o homem, o homem’, e começam a usar uma linguagem inclusiva”.

Vale destacar que o simples uso de uma linguagem inclusiva nem sempre muda as práticas, mas permite criar uma nova consciência e, de certa forma, desconstrói uma imagem universal de ser humano. Essa insistência delas, também com os/as discentes, revela que elas estão convictas sobre o poder da linguagem na produção das subjetividades, como se observa no relato que segue.

Os alunos da graduação e do mestrado, nas minhas aulas, eles mexem muito comigo porque eu sempre pontuo essa questão da linguagem no feminino e masculino. Eles costumam falar sempre uma linguagem bem masculinizada, ‘o homem, o homem’. Eu não deixo passar despercebido. Eu sempre chamo a atenção de maneira humorada. E digo assim ‘ahahahah ainda bem que é só para o homem que isso acontece’. Aí eles dão uma risada e dizem assim, ‘não professora, mas a mulher também está; é homem no sentido antropológico’. Eu digo: ‘olha que não é por aí que a gente vai é construir outra forma de pensar, porque a linguagem também produz a subjetividade’. Então a gente precisa mudar a linguagem para a produção de novas formas de subjetivação, por isso que eu pontuo isso sempre e faço isso sempre com os alunos na graduação e na pós [...]. Assim, nos textos que eles escrevem, eles procuram caprichar, porque sabem que eu vou olhar essa questão assim. [...] Eles já procuram colocar o ser humano, a pessoa, para ir colocando uma linguagem inclusiva né, a fim de construir novas formas de subjetivação, novas formas de relação. (*Raquel, 49 anos*).

Em geral, as docentes entrevistadas parecem compartilhar da consciência sobre a importância de uma nova linguagem, pelo seu vínculo com a produção da subjetividade, ou no sentido de Butler (2007), por possuir o poder reiterativo e performativo de materializar realidades, relações e subjetividades. Essa concepção compartilhada, também as aproxima das correntes pós-estruturalistas, em que a

linguagem ocupa um lugar central. Assim, para Irigaray (2010) e Braidotti (2004), a linguagem, mais do que uma mera ferramenta de comunicação, é um lugar de onde a subjetividade se constitui. De igual maneira, Costa (2002, p.62) considera que “o sujeito se constitui pelas suas relações dentro da linguagem, de forma que a subjetividade é percebida como uma construção social e linguística.”⁴

Algumas narrativas das docentes deram destaque às conquistas que têm a ver com as mudanças na grade curricular, isto é, a inclusão de novas disciplinas, entre essas: a de *Teologia Feminista*, como disciplina obrigatória para a graduação em uma das instituições, e a disciplina de *Teologia e Gênero*, como optativa para curso de pós-graduação em duas universidades. Indubitavelmente, tais iniciativas são significativas e *inovadoras*, sobretudo, por se constituir um espaço de circulação de ideias das principais feministas católicas e luteranas dos EUA e da América Latina.

Essas duas disciplinas que elas criam permitem acessar novos conteúdos ou discursos produzidos por outras perspectivas, conforme se observa nas ementas abaixo, e parecem ser importantes para produzir outro olhar sobre os conteúdos tradicionais da teologia. Há que se considerar que são espaços, cuja interação ocorre somente com alunos/as, interessados/as na temática, quando a disciplina for optativa e, com todos, quando se trata de um conteúdo obrigatório, como é o caso da disciplina *Teologia Feminista*. É possível pensar que esses novos conteúdos produzam efeitos tanto de resistência como de desconstrução de um imaginário de gênero e até mesmo leve algumas das futuras lideranças masculinas da Igreja a pensar de um modo diferente e a se comprometer com a construção de novas relações de gênero, como é o objetivo que aparece nas ementas das disciplinas⁵. Entretanto, isso é um nada diante do grande universo das instituições teológicas, que nem sequer tocam nesses temas e continuam reproduzindo conceitos e representações do sistema simbólico masculino.

Teologia feminista na América Latina e a questão de gênero: origem, história, eixo epistemológico, metodologia(s). Questões emergentes e provocações para a teologia sob a perspectiva de gênero. As relações de gênero, constituição de subjetividade e mudanças nas relações sociais. A perspectiva de gênero como eixo transversal das práticas pastorais. (Disciplina *Teologia e Gênero* – Instituição A)

Apresentação da produção teológica na perspectiva de gênero e

4 Em geral todas as feministas que bebem da filosofia pós-estruturalista assumem essa posição.

5 Contudo, em conversa informal com alunas que frequentavam a disciplina Teologia Feminista, elas informaram que alguns discentes do sexo masculino tinham grande resistência e consideravam uma disciplina desnecessária.

feminista na América Latina. Partindo de uma visão histórica dessa produção, delinea-se o perfil teológico desse pensamento, as diferentes linhas, sua evolução e as novas perspectivas que daí emergem, levando em conta as transformações socioculturais das últimas décadas. (Disciplina *Teologia e Gênero* – Instituição B)

Origens, histórico e evolução das teologias feministas; teologia feminista na América Latina e no Brasil. Questão de gênero, etnia e classe; releituras e hermenêuticas bíblicas feministas e de gênero; temas emergentes, novas metodologias e provocações para a teologia, sob a ótica feminista e de gênero; Teologia Feminista e suas implicações eclesiológicas e pastorais, para construir novas relações igualitárias e libertadoras a caminho do Reino de Deus. (Disciplina *Teologia Feminista* – Instituição C)

Considera-se que, por mais significativas que sejam essas disciplinas e os conteúdos que elas oferecem, conforme se observa nas ementas descritas acima, tais práticas existem e funcionam enquanto as docentes mulheres estão nas instituições e defendem a importância desses conteúdos nos processos formativos contemporâneos, ou que discentes lutem pela sua sustentação, dada uma consciência produzida. Em geral, essas práticas não são assumidas pelas estruturas acadêmicas da teologia, porque tais conteúdos são vistos com certa desconfiança, sobretudo quando os discursos “oficiais” da hierarquia eclesial se posicionam contra. Outras vezes, essa aversão vem de discursos que assumem uma interpretação equivocada das teorias feministas e de gênero, como tem sido recorrente em alguns sites de dioceses, vídeos de *youtube* ou material produzido para distribuição popular⁶.

Além da inserção de disciplinas que discutem a teologia na perspectiva feminista e de gênero, praticamente todas as docentes dizem incluir alguma referência de produção feminista que favoreça o debate sobre a temática com abordagem de gênero, nas disciplinas “mais oficiais”, que elas ministram. Contudo, quando se analisam os programas das disciplinas, esse discurso parece ser um tanto contraditório, porque não são em todas as disciplinas que elas conseguem inserir bibliografia de autoria feminina, e tão pouco feminista. O que significa que elas tendem a reproduzir os discursos teológicos masculinos. Quando inserem referências, em geral, são muito reduzidas se comparada com as bibliografias de autoria masculina. De acordo com o Quadro 01, é possível verificar que dos 29 planos de ensino analisados, em 13 deles não aparecem nenhuma referência de autoria feminina. Das 16 disciplinas que elas inserem bibliografia feminina,

6 Um exemplo disso é o *Manual de Bioética*, produzido pela *Comissão Nacional da Pastoral Familiar* da CNBB, e distribuído durante a *Jornada Mundial da Juventude*, em 2013. O Manual apresenta um anexo sobre a teoria de gênero, com aspectos tendenciosos e equivocados, que tendem a produzir rejeição, sem uma compreensão mais aprofundada.

07 apresentam até duas indicações. Entretanto, restam 09 disciplinas com mais de 03 indicações. As que mais possuem referências femininas e feministas são as da área dos estudos bíblicos, que chegam a superar as referências masculinas⁷, e as específicas, isto é, as que abordam conteúdos sobre Teologia Feminista e gênero que, praticamente, não tem bibliografia masculina. Tal questão parece indicar que, de fato, as teólogas conseguiram avançar mais na releitura da teologia bíblica sob a ótica das teorias feministas e de gênero. Entretanto, o eixo “duro” da teologia tradicional ainda carece de uma profunda revisão sob a perspectiva dessas teorias.

QUADRO 01– Referências bibliográficas das disciplinas ministradas pelas docentes, segundo o sexo do autor/a

DOCENTE IDADE	DISCIPLINAS MINISTRADAS	TOTAL BIBLIOGRAFIA FEMININA *	TOTAL BIBLIOGRAFIA MASCULINA	BIBLIOGRAFIA DE AUTORIA DA PROFESSORA
Maria 61 anos	Evangelhos sinóticos	00	14	00
	Evangelho de João	01	07	00
	Teologia Feminista	07	01	00
Ester 51 anos	Espiritualidade	00	16	00
	Liturgia	02	06	00
Lidia 39 anos	Teologia Pastoral	00	08	00
	Eclesiologia	00	07	00
Débora 60 anos	Teologia Fundamental	06	75	04
	Trindade	09	34	08
Miriam 66 anos	Introdução à Sagrada Escritura	01	12	00
	Bíblia e Pastoral	18	17	04
	Seminário de Sagrada Escritura	16	13	04
	Teologia e Gênero	11	00	00
Rute 67 anos	Eclesiologia		Plano de ensino não enviado	
	Teologia e ministérios			
	Pneumatologia			
Noemi* 46 anos	Antropologia Teológica II	00	17	00
	Mística Cristã	07	24	04
Ana 70 anos	Escatologia	03	05	03
Hulda 64 anos	Ex-professora		Ex-professora	
Priscila 60 anos	Teologia moral sexual e familiar.	02	09	00
	Bioética	04	40	00
	Antropologia teológica	00	07	00
Madalena* 55 anos	Teologia dos sacramentos	02	21	00
	Epistemologia e met. teológica	01	09	00
	Pastoral de conjunto	00	22	00
	Teologia catequética	00	19	00
Isabel* 49 anos	Métodos de pesquisa em teologia	00	08	00
	História da Igreja Moderna	00	08	00
	História da Igreja Contemp.	00	08	00
Raquel* 49 anos	Teologia e gênero	22	02	00
Agar* 46 anos	Patrística	00	08	00
	Teologia da Comunicação	01	07	00
	História da Igreja da A. Latina	00	09	00

FONTE: Pesquisa de campo – Agosto 2013

7 Nesse caso, são as disciplinas de Bíblia e Pastoral e Seminário de Sagrada Escritura.

* NOTA: Referências que foram possíveis ser identificadas como de autoria feminina, inclusive por meio de pesquisa na internet. De modo que pode haver outras que não foram possíveis identificá-las porque as bibliografias de alguns programas estavam registradas somente pelo sobrenome do autor/a.

Outra questão, que se pode observar no quadro acima, é que das professoras que inseriram bibliografia de autoria feminina, somente as que estão vinculadas à Universidade, que tem maior visibilidade acadêmica na teologia católica, indicaram referências de autoria própria, nas disciplinas que ministram. Isso parece reafirmar que as mulheres que estão inseridas em universidades de maior prestígio podem usufruir mais dos recursos destinados à pesquisa. Nesse sentido, Londa Schienbinger já havia mencionado que estar em uma instituição de prestígio é um fator que influencia os níveis da produção. “Assim mulheres e homens podem produzir mais do que outras mulheres e homens que estão em instituição de menos prestígio, uma vez que as condições são mais favoráveis tanto de reconhecimento como de financiamentos”. (SCHIENBINGER, 2001, p. 99).⁸

Se no quadro 01 verifica-se que nas disciplinas consideradas mais “importantes” da grade curricular as mulheres pouco inserem biografias de autoria feminina, isso também nos reporta à questão histórica desse saber. É um saber milenar, cujas bases conceituais e teóricas provêm de uma produção masculina que, em geral, é considerada importante para essa área. Nessa longa história, as mulheres estiveram ausentes dos processos de produção, por condicionamentos culturais de gênero. Seu acesso a esse saber é muito recente, ou seja, desde a década de 1970, o que significa que o pouco já produzido é importante, embora nem sempre valorizado para as bases curriculares das disciplinas. Além disso, os limites normativos que a “reta ortodoxia” impõe para esse campo de saber, fazem com que nem sempre seja possível ressignificar determinados discursos teológicos que estão fundados em uma tradição que não se renova e não se historicisa.

Outra “prática inovadora” que as docentes dizem ter inaugurado no universo teológico diz respeito à organização de congressos com a temática da *Teologia Feminista* e de *Gênero e Teologia*. Elas consideram que isso é uma iniciativa importante porque permite colocar em evidência a produção teológica das mulheres e por agregar alunos/as e professores/as em torno de uma reflexão tão necessária em uma estrutura, ainda, sexista. Em um evento de uma das universidades, elas conseguiram organizar uma conferência com teóloga norte-americana Elisabeth Schüssler Fiorenza,

⁸ Entretanto, essa autora tem apontado que, em geral, são os homens que estão mais representados nas instituições de maior prestígio.

um dos grandes nomes da Teologia Feminista, na qual as teólogas brasileiras têm se inspirado. Já, em outra instituição, a criação do grupo de reflexão sobre *Teologia Feminista*⁹ foi mencionada como uma das ações mais significativas para a área da teologia. Segundo elas, foi por meio desse espaço de estudo, de reflexão, de partilha e de autoconsciência que outras ações foram possíveis, entre as quais a organização dos *Congressos Estaduais de Teologia Feminista*. Por outro lado, na visão de uma das docentes, dessa instituição, apesar da importância desses congressos pela perspectiva que se colocava no espaço acadêmico e pelo envolvimento de muitos alunos/as e professoras/es de diferentes instituições do Estado, eles sempre se realizaram às margens do *Congresso Estadual de Teólogos*¹⁰, como se fosse um congresso de “menor importância” acadêmica. Depois da trajetória de 12 anos de realização desses congressos, Ester fez uma avaliação crítica sobre os avanços e os limites deles, o que a coloca na posição de um sujeito reflexivo e autoconsciente em relação aos desafios e o sentido de suas iniciativas, em uma estrutura masculina.

[...] creio que esses congressos renderam para muitas pessoas uma reflexão crítica. Mas eu não creio que isso tenha dado, para dentro dos institutos, o resultado que se esperava que desse, isso com tantos anos de congressos estaduais, até porque esses congressos funcionaram e tiveram que funcionar assim, sempre a margem do *Congresso Estadual de Teologia*. [...] Os professores não mudaram muito. Acho que muitos, por outros caminhos também incorporaram algumas coisas. Com isso pelo menos a gente mantém essa memória, de uma teologia que precisa ser levada a sério, que é a questão da Teologia Feminista. Ela é incentivo para as mulheres pensarem e refletirem sobre essa outra teologia. Eu acho que isso é coisa muito subliminar das iniciativas próprias das mulheres. (Ester, 51 anos).

Essa narrativa indica que, em geral, as práticas inovadoras que as mulheres inauguram no universo teológico e que demandam grandes energias e trabalho contínuo, não vêm trazendo mudanças significativas nas estruturas acadêmicas e no imaginário simbólico de seus pares masculinos, como talvez elas esperassem. Trata-se de um processo cultural muito lento¹¹. Os efeitos mais significativos parecem estar voltados para

9 Este grupo manteve uma discussão permanente na instituição durante 12 anos, como já mencionamos.

10 Isso porque, anualmente aconteciam os dois congressos em datas diferentes: O *Congresso Estadual de Teologia*, do qual participavam todos os professores/as dos diferentes Institutos do Estado, e o *Congresso de Teologia Feminista*, cuja participação, normalmente, era de professoras e alunos/as interessadas/os na temática em questão. Desse modo, embora esta tenha sido uma iniciativa significativa e única no Brasil e no mundo, ela sempre foi realizada ao lado de um congresso que, no universo acadêmico teológico do Estado do RS, era tido como “o oficial”.

11 Convém, ainda, mencionar um evento de outra instituição, com o tema teologia e gênero, do qual participei em 2010, Ivone Gebara era uma das principais conferencistas. No entanto, ela foi proibida de se fazer presente, não por parte do reitor, mas das autoridades eclesiais da arquidiocese. De modo que até se pode falar de teologia e

o conjunto das mulheres (docentes e discentes). Isso porque, produzem uma crítica à teologia elaborada do ponto de vista masculino; tornam visível um discurso alternativo, que atua no campo da produção de novos significados, os quais possibilitam a autoafirmação e o agenciamento das mulheres no universo do saber teológico.

Entretanto, são iniciativas marginais às instituições ou às atividades consideradas oficiais no universo acadêmico teológico e, em geral, consideradas de “menor valor”, ou apenas um “apêndice”, do ponto de vista de seus pares¹². Mas, se for das margens do poder hegemônico e dos espaços institucionais oficiais que emergem os processos de resistência e de potência, no sentido de ações criativas, conforme mencionam autoras feministas como Lauretis (1994) e Bach (2010), então, com base nessa concepção, pode-se dizer que é partindo desse lugar marginal e político que as mulheres docentes assumem uma parcela do poder e criam as suas possibilidades de agência no processo do tornarem-se sujeitos femininos de saber.

Por outro lado, da parte das docentes, nota-se uma autoconsciência de que mesmo estando vinculadas à instituição elas não estão no centro do poder e que as suas práticas têm produzido poucos efeitos nas relações institucionais. Paradoxalmente, optam por permanecer vinculadas a essa estrutura agindo pelas margens do poder porque, certamente, compartilham da experiência de uma trajetória construída, de um espaço conquistado, mas ainda não completo. Dito em outras palavras, elas se conectam por um imaginário utópico, que é o desejo de marcar este lugar por uma alteridade que é positiva. Isto é, de um devir sujeito feminino que está sempre se constituindo, no sentido de Braidotti (2004), cujo devir também aparece vinculado a uma produção intelectual específica, como se pode ler no relato de *Isabel* (49 anos): “Outras teologias já foram marginais e a Teologia Feminista também é marginal, mas se tem que começar pelas margens, vamos lá. Temos que construir outro discurso e mostrar que existe outro discurso. Que existe outro sujeito que faz um discurso a partir de sua realidade e experiência.”

De acordo com as concepções teóricas de Lauretis (1994), pode-se pensar que a emergência desse “outro sujeito” marginal (mulher), descentrado do poder, se produz na tensão contraditória de estar dentro e fora da lógica de gênero androcêntrica. Isto é,

gênero; a questão é quem deve ou não ser o sujeito enunciativo e o que pode ser enunciado nessas instituições, que são caracterizadas como Pontifícias Universidades Católicas. Há, claramente, discursos e sujeitos que “precisam” ser silenciados porque tendem a ameaçar a lógica do poder hierárquico e hegemônico.

¹² Esta constatação é possível verificar quando se estuda a trajetória da Teologia Feminista no Brasil. outros detalhes, consultar Furlin (2014),

se produz em um “outro lugar”, fora do centro do poder institucional e normativo do sistema simbólico masculino, mas nas práticas marginais e situadas das mulheres e, ao mesmo tempo, dentro das microrrelações de poder que se exercem neste lugar de saber.

É assumindo uma posição tensa, interativa e contraditória que as docentes produzem as condições da sua própria agência, enquanto capacidade de ação e de ressignificação de si. Em Butler, a agência nunca é totalmente determinada e nem totalmente livre, mas imanente ao próprio poder como articulação ou prática reiterativa e não como relação de oposição externa ao poder (BUTLER, 2007). Nesse sentido, praticamente todas as docentes mencionaram que a grande contribuição que elas trouxeram para o universo do pensamento teológico foi a produção de um pensamento alternativo, que elas consideram “diferente” do masculino, como se lê nas entrelinhas desta enunciação: “A Teologia Feminista marca sim, um diferencial, uma mudança epistemológica e metodológica, marca tudo isso, já que traz também esse olhar para a cotidianidade, que a teologia patriarcal não teve.” (*Raquel*, 49 anos). Entretanto, esse pensamento e as demais ações das mulheres inseridas no universo da teologia ainda não produziram os efeitos esperados por elas. *Hulda* (64 anos) deixa a entender que ao menos serviu para desnaturalizar a ideia da existência de um sujeito universal e masculino. “Bom, a gente quebrou a homogeneidade masculina, não tem dúvida. Eu gostaria que essa quebra fosse muito maior, mas ela significou muito na década de 1990 a 2000”.

Tomando por base as concepções de poder de Foucault, considera-se que a Teologia Feminista não é um novo saber, porque surge acoplado ao saber/poder hegemônico. Isto é, as suas bases epistêmicas e os seus principais conceitos não são modificados, mas ressignificados desde a inserção de outras categorias, especialmente, das experiências corporificadas ou encarnadas das mulheres. De modo que ela pode ser considerada uma teologia “diferente” ou alternativa, uma *prática inovadora* pelos novos significados que produz. Há um processo de desconstrução significativo nesse pensamento, que tem favorecido às docentes uma nova reinvenção de si e para o conjunto das mulheres que acessam a este saber.

É importante mencionar que pensamento produzido pelas mulheres não parece desestabilizar as estruturas androcêntricas hierárquicas, mas produz processos que ressignificam o sistema simbólico masculino e sua lógica de gênero. Ao jogarem com as mesmas regras do jogo, paradoxalmente, elas produzem processos de resistência a um determinado significado simbólico do feminino. Isto é, ao entrarem na lógica da

racionalidade do pensamento que as produziu sujeitos inferiores, elas se tornam um sujeito pensante, capaz de elaborar saberes. Colocam-se no lugar do reconhecido, da afirmação de um sujeito racional e, com base nas experiências “encarnadas”, elas produzem o efeito da *mimese*, que se ativa politicamente como *contramemória*. Ou seja, desnaturalizam e desconstroem a crença na inferioridade intelectual produzindo um sistema simbólico feminino alternativo ou a afirmação positiva da “mulher”, como sujeito enunciativo do saber teológico. (BRAIDOTTI, 2004). Nas palavras de *Hulda*, produz o efeito “da quebra da hegemonia masculina”.

Outra iniciativa importante, segundo as narrativas das docentes de uma instituição, refere-se à criação do *site* e *blog teológikas*, que era uma estratégia com o objetivo de visibilizar e de fortalecer a Teologia Feminista, por meio de uma rede interativa entre estudiosos/as de diferentes instituições.

Essa iniciativa do site *Teológikas* é muito boa, porque ela vai envolver muita gente [...]. Está aberto para publicações e à interação. É uma comunidade. Então eu acho muito louvável essa iniciativa; ou seja, é uma forma de relação dentro desse Departamento, sobretudo de cumplicidade das mulheres. Então você vê, é uma forma de validar, né, publicamente um trabalho. (*Noemi*, 46, anos)

A produção de um site específico em um espaço acadêmico que ainda tem certa resistência à Teologia Feminista, na concepção foucaultiana, pode ser entendida como um ato estratégico de poder político, uma resistência ativa. Isso porque, tratava-se de uma estratégia para visibilizar uma produção acadêmica importante, mas paradoxalmente “marginal” no universo teológico. No sentido de Donna Haraway (1995), pode-se dizer que essa ação foi possível pela iniciativa de grupo de docentes e alunas, nesse caso de um grupo intergeracional, com experiências e trajetórias múltiplas, mas que se *conectavam* ou se *afinavam* pelo o mesmo *desejo*, que era o de fortalecer publicamente a teologia produzida pelas mulheres que, além de garantir maior visibilidade, possibilitava o acesso a esse conhecimento por parte de um público maior. Haraway define a *afinidade* como uma operação que possibilita a conexão de diferentes pessoas em prol de uma necessidade comum ou de uma luta política. É uma conexão estabelecida a partir de uma posição parcial (situada/localizada) que cada um ocupa em uma estrutura social e que permite uma forma de agenciamento coletivo.

É importante destacar que Para Haraway, estas conexões não emergem de apelos universalistas (anulação das diferenças) ou essencialistas (fundamentalismos fechados em si mesmos e adversos a qualquer coalizão), mas sim da união de ambos,

baseados em uma “experiência” e necessidade comum. E nesse caso, a iniciativa do Blog e do site fortalece a necessidade de não visibilizar e fortalecer a Teologia Feminista, mas também o poder de agenciamento das mulheres dentro de uma ordem social masculina.

AS PRÁTICAS DAS DOCENTES: SENTIDOS, EFEITOS E CONTRADIÇÕES.

Como situamos no ponto anterior, é possível evidenciar a existência de um grande empenho das docentes em torno de uma perspectiva de pensamento que, para elas, se constitui uma ferramenta de emancipação e reinvenção de si e para o coletivo das mulheres. Nesse sentido, é importante ressaltar que, praticamente, todas as interlocutoras desta pesquisa, disseram produzir Teologia Feminista e, em situação de entrevista, também se assumiram feministas, porque se afinam e compartilham dos ideais de emancipação das mulheres do movimento feminista. Entretanto, paradoxalmente, elas não têm se manifestado publicamente nas grandes causas feministas, sobretudo em relação aos temas polêmicos que se confrontam com a doutrina católica, que é a questão da descriminalização do aborto e da ordenação de mulheres¹³. Pergunta-se, até que ponto essa postura seria uma estratégia política para manterem-se dentro das instituições de ensino teológico e marcarem esse lugar com outros valores, ou seria mesmo uma convicção pessoal? São questões que ficam sem uma resposta objetiva e que poderão, talvez, ser aprofundadas em futuros estudos, já que o objetivo deste artigo foi se focar nos sentidos produzidos pelas novas práticas que as docentes inauguram dentro de um universo de saber, majoritariamente masculino e até que ponto essas ações transformam as instituições católicas de ensino teológico.

Entretanto, poder-se-ia pensar que esse silêncio, diante de questões polêmicas e tensas da moral católica, pode estar vinculado aos ganhos que elas pretendem ter no processo de tornarem-se sujeitos femininos de saber e de fazer valer o desejo de marcar este lugar por uma diferença que é positiva. Do contrário, a sua presença aí ficaria comprometida, o que revela que esse constituir-se também aparece perpassado por contradições.

Iniciamos a discussão nos perguntando que sentidos são produzidos pelas “práticas inovadoras” que as docentes inauguram no universo da teologia católica? Mudam as estruturas acadêmicas ou antes ressignificam o sistema simbólico de gênero

13 Excepcionalmente, essa postura tem sido assumida por apenas uma das teólogas entrevistadas, que hoje não atua mais na docência.

da ordem social masculina, no sentido de uma afirmação positiva do sujeito feminino? Aparentemente, essas novas práticas não são incorporadas nas estruturas acadêmicas e tampouco assumidas pelos seus pares, de modo que se pode afirmar que, por mais inovadoras que sejam, pela contribuição que parecem trazer para a teologia, não provocam mudanças estruturais mais amplas. Elas só existem e funcionam pelo exercício do poder de ação das docentes, enquanto estão inseridas neste lugar de saber. Por outro lado, as suas práticas podem ser consideradas como parte de um projeto político de ressignificação do sistema simbólico de gênero, em favor de uma afirmação positiva da identidade feminina e da emergência do sujeito “mulher”, como alguém também capaz de pensar e de produzir saber.

São práticas que ocorrem em um tecido social que limita e, ao mesmo tempo, cria as possibilidades de ação, inscrevendo novos significados na lógica do campo de saber teológico. No entanto, as possibilidades de ação, nessa estrutura limitadora, são potencializadas pelas próprias mulheres como parte de uma missão pela qual se sentem vocacionadas e pelo *desejo* por devir sujeito feminino de saber (BUTLER, 2009; BRAIDOTTI, 2004), em um lugar em que sempre estiveram ausentes. Um devir imaginado que as lança para um futuro melhor e possível para si e para todas as mulheres, mobilizando suas energias e ações no presente.

Giddens (2003) também assinala que a estrutura possui sempre um caráter dual. Ela é sempre facilitadora quanto coerciva, em virtude da relação inerente entre estrutura e agência, ou seja, a estrutura, por meio dos sistemas sociais pode exercer influência limitando e padronizando a ação do sujeito/agente, no entanto, ela abre espaço para a autonomia e a criatividade. Para Giddens, nem no sentido metodológico a estrutura ganha a primazia sobre a ação e nem tem primado sobre a estrutura, uma vez que as sociedades humanas não podem existir sem a agência humana. “Não se trata de que os agentes criaram sistemas sociais: eles os reproduzem ou transformam, refazendo o que já estava feito na continuidade da práxis” (GIDDENS, 2003, p. 201)¹⁴. Talvez isso faça sentido, considerando que a agência das mulheres tem produzido novos significados nos discursos, nas relações e em algumas práticas, mesmo que elas não tenham conseguido produzir efeitos mais profundos na estrutura das instituições teológicas.

14 Para Giddens (2002), o sujeito não é sujeitado às estruturas sociais, mas alguém que, pela sua reflexividade constrói suas ações e, mesmo que intencionalmente, contribui com as mudanças sociais. Assim sendo, a ação humana é um elemento fundamental para compreender iniciativas de mudança social, sem desconsiderar os limites que são colocados na realização da ação, bem como os aspectos de ações não intencionais. A ação e a estrutura são mutuamente influentes e integradas.

A inter-relação que ocorre entre a ação do sujeito e a estrutura de saber, no sentido da produção de novos significados, também pode ser algo provisório, isto é, enquanto os sujeitos estão e atuam dentro das instituições de saber. E, isso, parece ser um tanto consciente entre as docentes, como indica a narrativa de *Priscila* (60 anos): “O fato de a gente estar na instituição, muitas coisas são do modo como são, porque nós estamos lá. Isso influencia o dia a dia da faculdade, do curso. Eu acho que a instituição tem muito daquilo que a gente pensa, daquilo que a gente é, do modo que a gente organiza as coisas”.

Enfim, a partir da compreensão hermenêutica das narrativas das docentes podemos afirmar que as ações que elas inauguram em um universo de saber masculino, mais do que mudanças nas estruturas, produzem efeitos pontuais, que ressignificam saberes, relações e a compreensão de si mesmas. Pode-se afirmar que essas iniciativas ou práticas inovadoras funcionam muito mais, como estratégias ou dispositivos de poder que mobilizam um agenciamento de si e para o conjunto das mulheres que estão inseridas neste lugar acadêmico. Isto é, uma forma de marcar politicamente esse espaço, de ausência histórica, pelo devir da “Mulher”, como sujeito de saber teológico.

Contudo, ao mesmo tempo em que as docentes consideram que realizam práticas que “fazem a diferença”, elas também se mostram conscientes do limite, porque suas práticas não mudam a estrutura das instituições teológicas, uma vez que o núcleo teórico da teologia e a própria organização acadêmica continuam operando segundo as convenções de gênero da ordem social masculina. Isso pode ser lido na fala de *Débora* (60 anos): “Vejo que as mulheres não conseguiram mudar as estruturas, mas têm introduzido novidades na estrutura existente”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No conjunto deste artigo procuramos problematizar as práticas que as docentes entrevistadas afirmam ter inaugurado dentro das instituições católicas de ensino teológico. São ações significativas e, em certa medida transgressoras, quando se considera que elas estão criando possibilidades de ação em um espaço que tem uma história de ausência do sujeito Mulher. Contudo, esses espaços de ação, “conquistados” ou, até mesmo, concedidos para as mulheres por mérito acadêmico, seguem sendo parciais e locais. Muitas vezes, aparecem mais como concessões feitas por parte do poder masculino e clerical, e não como a possibilidade de introdução de novos valores,

que podem ser assumidos pela estrutura acadêmica.

Este estudo mostra que as práticas inovadoras que as mulheres docentes inauguram e, sobretudo, a teologia que elaboram, mesmo que ressignifiquem conteúdos, renovem práticas sociais e valores culturais no universo teológico acadêmico, produzem pouco ou nenhum efeito na ordem institucional. Os efeitos mais significativos ocorrem na relação docente/discente e na relação do “si mesmo para todas as mulheres”. Isto é, no sentido que os discentes atribuem à sua posição de sujeito de saber e no sentido que elas mesmas atribuem ao lugar que ocupam e às ações que realizam.

Em uma estrutura, que muito pouco se renova, o espaço que é concedido para as mulheres parece se vincular mais ao *status* simbólico que a instituição pode ter do que à possibilidade de construir processos de mudanças. De modo que as iniciativas dessas docentes, por mais importantes que possam ser, por mudar alguns processos culturais, tendem a existir somente enquanto elas atuam dentro dessas estruturas. A sua continuidade poderá ser algo possível, quando assumido pela estrutura acadêmica, questão que parece ser muito rara. Assim, se as mulheres docentes ainda estão às margens das estruturas e do poder e, desde aí, produzem algumas práticas significativas como estratégias políticas da constituição de si, como sujeitos femininos de saber, essa marginalidade, por mais significativa que possa ser do ponto de vista da resistência criativa, não consegue mudar as estruturas das instituições católicas de teologia.

Embora não tenham produzido efeitos profundos nas estruturas das instituições católicas de ensino teológico, as práticas que elas inauguram nesse lugar de saber, tem produzido novos significados nas relações culturais e na sua própria subjetividade, já que elas se afirmam como um sujeito mulher também capaz de ações que envolvem a racionalidade, a ousadia e a criatividade. Ao ressignificarem sua subjetividade como sujeitos femininos de saber ampliam as possibilidades de ação para outras mulheres. Trata-se de um sujeito ético e coletivo (Mulher) que se conecta por uma experiência histórica de desqualificação e discriminação do feminino e pelo desejo do devir sujeito de saber, em lugar historicamente proibido para elas. De modo que as ações das docentes podem ser compreendidas como experiências sociais encarnadas, pautadas no projeto de uma afirmação positiva da diferença sexual, que se realiza por meio de estratégias políticas, no sentido da *mimese*. Isto é, um trabalho de desconstrução do sistema simbólico masculino e de ressignificação ou construção de um sistema simbólico alternativo e autoafirmativo, que produz o efeito de uma *contramemória*, como sugere Braidotti (2004), capaz de colocar em questão a universalidade do

masculino, como único sujeito pensante.

Nessa concepção, podemos considerar que as docentes realizam uma agência ética, ativada pela relação interativa com as convenções sociais de gênero, cuja positividade do feminino é uma forma de emancipação do sujeito. Essa emancipação parece situar-se dentro de um processo contínuo do devir, no aqui e agora da história presente, mas nunca concluído, e que ocorre na contradição de estar “dentro” e “fora” da lógica e das estruturas de gênero, da ordem simbólica masculina. Esse movimento para dentro e para fora das representações/discurso não pode ser considerado negativo, mas sim algo positivo porque também fala dos investimentos particulares do sujeito, seja materialmente, emocionalmente ou intelectualmente, como se observa nas práticas que as docentes realizam no universo do saber teológico.

Trata-se de investimento de energias com um propósito político de representar-se por si mesmo, como “mulher”, marcando este lugar de ausência, que vinculava mulher como incapaz e inferior, por uma identidade feminina que é positiva, mais do que propor mudanças estruturais. Isto é, elas parecem querer marcar este universo de saber como um lugar da produção de si (individual e coletiva), de um sujeito feminino que tem direito a este lugar social por uma trajetória, em parte pela formação profissional que possuem e, em parte, por causa de uma ausência histórica, de modo que a sua presença se torne visível e reafirme os valores que vêm do universo feminino. Isso nos remete ao sociólogo Vicente de Gaulejac (2004/2005), porque segundo ele na contemporaneidade a luta por um lugar ou por uma posição é uma luta individual, não para mudar a sociedade ou as estruturas, mas para nela ser admitido¹⁵. Nesse caso, parece pouco importar se essas docentes vão transformar as estruturas ou se vão se posicionar ou não, diante de questões ditadas pela hierarquia da Igreja, porque se trata de uma produção ética de si, na história presente, ou de um agenciamento de si que é individual, mas que também se remete ao coletivo das mulheres.

REFERENCIAS

BACH, Ana María. Las voces de la experiencia: el viraje de la filosofía feminista. Buenos Aires: Editora Biblos, 2010.

BRAIDOTTI, Rosi. Feminismo, diferencia sexual y subjetividad nómada. Barcelona, España: Editorial Gedisa, 2004.

BUTLER, Judith. Cambio del sujeto: La política de la resignificación radical de Judith Butler. In: CASALE, Roland; CHIACHIO, Cecilia (Orgs). Máscaras del deseo: una

15 Para esse sociólogo a *luta desplaces* tende a substituir a *luta de classes*.

- lectura del deseo en Judith Butler. 1 ed. Buenos Aires: Catálogos, 2009. p. 65-111.
- _____. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p.151-172.
- COSTA, Claudia Lima. *O sujeito do Feminismo: revisitando os debates*. *CadernosPagu*. n.19, p.59-90, 2002.
- FEMENÍAS, María Luisa. *Sobre sujeto y género: lecturas feministas desde Beauvoir a Butler*. Buenos Aires: Catálogos, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 14. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.
- FURLIN, Neiva. *Relações de gênero, subjetividades e docência feminina: um estudo a partir do universo do ensino superior em teologia católica*. 2014. 386 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná.
- _____. *A produção do feminino: representações de gênero no discurso da teologia católica tradicional*. *Estudos de Sociologia (UFPE)*,v.2 n 22, p.145-196, 2016.
- GAULEJAC, Vicente de. *O âmago da discussão: sociologia do indivíduo à sociologia do sujeito*. *Cronos*, Natal-RN, v.5/6, n. 1/2, p. 59-77, jan./dez. 2004/2005.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- _____. *A constituição da sociedade*. 2 ed. São Paulo: MartinsFontes, 2003.
- HARAWAY, Donna J. *Ciencia, cyborgs y mujeres: la reinvenición de la naturaleza*. Madrid: Cátedra/Universidad de Valencia-Ins de la Mujer, 1995.
- IRIGARAY Luce. *Ética de la diferencia sexual*. Vilaboa Espanha: EllagoEnsayo, 2010.
- LAURETIS, Teresa de. *Genealogías feministas: un itinerario personal*. In: _____. *Diferencias: Etapas de un camino a través del feminismo*. Madrid: horas y Horas La Editorial, 2000, p. 7-31.
- _____. *A tecnologia de gênero*. In: HOLANDA, Eloísa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.
- SCHIENBINGER, Londa. *O Feminismo mudou a ciência?* Bauru – SP: EDUSC, 2001.